

AGOSTOS! A “CRISE DA LEGALIDADE” VISTA DA JANELA DO CONSULADO DOS ESTADOS UNIDOS EM PORTO ALEGRE¹

*AUGUSTS! THE “LEGALITY CRISIS” VIEWED FROM THE
WINDOW OF THE UNITED STATES CONSULATE IN PORTO
ALEGRE*

*AGOSTOS! A “CRISE DA LEGALIDADE”
VISTA DA VENTANA DEL CONSULTADO DE LOS ESTADOS
UNIDOS EN PORTO ALEGRE*

Carla Simone Rodeghero²

Resumo: A partir de documentação produzida pelos postos diplomáticos norte-americanos no Brasil, o presente artigo explora a avaliação que os funcionários do governo dos Estados Unidos produziram sobre o Movimento da Legalidade, em agosto/setembro de 1961. O tema permite avançar no entendimento das relações entre Estados Unidos e Brasil e no lugar ocupado pelo varguismo (nos governos Vargas, Kubitschek e Goulart) nos embates políticos das décadas que antecederam o golpe de 1964.

Palavras-chave: Relações Brasil-Estados Unidos; Movimento da Legalidade; João Goulart.

Abstract: Based on documents produced by the American diplomatic missions in Brazil, this article explores the evaluation that United States government officials produced about the Legality Movement in August/September of 1961. The theme allows us to go further in the understanding of the relations between the United States and Brazil and in the role of Varguism (during Vargas’, Kubitschek’s and Goulart’s administrations) during the political shocks in the decades that preceded the 1964 coup.

Keywords: United States-Brazil’s relations; Legality Movement; João Goulart.

Resumen: Partiendo de documentos producidos por las misiones diplomáticas estadounidenses en Brasil, este artículo explora la evaluación que los funcionarios del gobierno de Estados Unidos produjeron sobre el movimiento de legalidad en agosto/septiembre de 1961. El tema nos permite ir más lejos en la comprensión de las relaciones entre Estados Unidos y Brasil y en el papel de

¹ Este artigo foi publicado originalmente em *Cadernos IHU Ideias*, n. 162 (UNISINOS), v. 10, p. 01-34, 2012.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRS), Porto Alegre, RS, Brasil, E-mail: carlasr@cpovo.net

Varguismo (durante las administraciones de Vargas, de Kubitschek y de Goulart) durante las crisis políticas en las décadas que precedieron al golpe de 1964.

Palabras-clave: relaciones Estados Unidos-Brasil; Movimento de legalidade; João Goulart.

Introdução

No dia 8 de setembro de 1961, o Consulado norte-americano sediado em Porto Alegre redigiu um documento que tratava da “situação no Rio Grande do Sul causada pela renúncia do presidente Quadros”.³ Em cinco páginas, o cônsul Percy Warner enviou ao Departamento de Estado, em Washington, o primeiro relato formal a respeito da “Crise da Legalidade”. Poderia tal documento revelar a avaliação do governo norte-americano sobre a renúncia de Jânio Quadros e sobre o Movimento da Legalidade, encabeçado por Leonel Brizola? Seria possível, através dele, saber qual era a visão que os Estados Unidos – por meio do seu corpo diplomático instalado em Porto Alegre – tinham sobre os principais atores envolvidos nestes acontecimentos, especialmente sobre Brizola e João Goulart e, ainda, vislumbrar traços da política externa norte-americana daquele período?

O que segue é uma tentativa de responder a tais perguntas, começando com uma tradução do documento em questão e avançando para a análise do que é dito e do que fica subentendido neste relato.

O relato do Consulado⁴

O relato inicia com um preâmbulo, no qual se lê que

situações potencialmente explosivas, que se sucederam rapidamente, irromperam aqui com a velocidade de uma tempestade de verão, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, no dia 25 de agosto. Totalmente ocupado com medidas prudentes para salvaguardar os americanos e a segurança do Consulado, os dois cônsules deste posto tiveram pouco tempo para reportar, exceto uns poucos telegramas exigidos pelos desenvolvimentos e três comunicações informais para a Embaixada do Rio, levados por DPO Bloom, como mensageiro voluntário. Além do mais,

³ *Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros*. Correspondência do Consulado norte-americano de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em Washington, em 8 de setembro de 1961. Cinco (5) páginas. *National Archives and Record Administration* (Unidade de College Park, Maryland). O documento está assinado pelo cônsul Percy Warner e faz parte do fundo Departamento de Estado (Record Group 59, *Brazil – political affairs*, caixa 1576. A pesquisa foi feita em 2000, durante estágio de doutorado sanduíche na University of Maryland, com recursos da Capes e da Fundação Fulbright e sob a orientação da professora Barbara Weinstein.

⁴ A tradução livre foi feita pela autora.

como relatado aqui, as comunicações foram abruptamente cortadas durante quase toda a crise, exceto por um sistema telegráfico fortemente sobrecarregado, dependente de uma linha obsoleta, operada pelo governo brasileiro entre Porto Alegre e as agências internacionais de cabos no Porto de Rio Grande, aproximadamente a 300 quilômetros de distância. E, durante um período especialmente confuso e ansioso, esta linha telegráfica parou de funcionar completamente sem aviso entre a tarde do dia 30 e a manhã do dia 31 de agosto. Assim, este é o primeiro despacho formal encaminhado por este posto, cobrindo a situação desde a renúncia do presidente Quadros, na sexta-feira, 25 de agosto, até a chegada do presidente Goulart (Jango) em Brasília, no entardecer de quarta-feira, 6 de setembro.

Segue-se, então, um diagnóstico da situação, que foi classificada em quatro estágios, ao longo dos quais se sucederam sensações de surpresa, tensão e alívio. O primeiro estágio – situado entre 25 e 26 de agosto – teria sido marcado pela perplexidade:

A completa surpresa com que se recebeu a notícia da renúncia de Jânio mesclou-se a um particular desapontamento porque sua chegada aqui, para uma visita oficial de cinco dias, estava sendo esperada e muitos estavam na expectativa que sua presença na exposição de animais trouxesse multidões para o evento, incluindo muitos que esperavam conversar com o presidente sobre problemas urgentes, políticos e outros. Esperava-se, por exemplo, que seriam completadas durante a visita as formalidades para a efetiva transferência de um bilhão de cruzeiros que o presidente tinha prometido ao prefeito Loureiro da Silva. Parecia, também, que haveria um esclarecimento entre Jânio e seus apoiadores pré-eleitorais, muitos dos quais estavam crescentemente perplexos e aborrecidos pelo aparente aquecimento no seu relacionamento com o governador Brizola. O público parecia esperar, no dia 25 de agosto, que Jânio retiraria sua renúncia, sucedido pelo sentimento, no dia 26, [que almejava] por uma rápida posse na presidência pelo vice-presidente Goulart. Ordeiramente, passeatas compostas largamente por grupos de estudantes e de trabalhadores em apoio a estas sucessivas ideias se reuniram no entardecer do dia 25 e 26 em frente à Prefeitura e ao Palácio do Governador. Às 11 e 30 horas do dia 25 de agosto, o governador Brizola falou vigorosamente na Assembleia Legislativa contra qualquer “golpe” que impedisse Jango de se tornar presidente.

O Consulado também mostrou algumas mudanças que começaram a acontecer na rotina da cidade, ao referir que:

bancos não abriram para negócios, como normalmente, em 26 de agosto, e permaneceram fechados desde então, exceto para receber alguns poucos depósitos. As Forças Armadas foram colocadas

em rigorosa prontidão às 10 horas da manhã. Simultaneamente, Brizola ordenou o mesmo para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, o Consulado tomou medidas de segurança e seus oficiais permaneceram de plantão. A situação começou a ficar mais difícil no dia 27.

Perigosa tensão cresceu rapidamente assim que o governador, indo ao ar em torno das três horas da madrugada do dia 27 de agosto, leu uma denúncia do Marechal Lott contra um “golpe” do Ministro da Guerra, Denys, para impedir a presidência de Goulart e convocou seus ouvintes, da mais inflamatória maneira, para se oporem pela força, se necessário fosse, a tal ação das Forças Armadas. Logo em seguida, relatou-se que o independente e largamente respeitado *Correio do Povo* recusou, depois de consultar o general Machado Lopes, Comandante do III Exército, o pedido do governador de publicar este manifesto de Lott no seu jornal dominical que já estava no prelo. Em torno do meio dia, homens da Brigada Militar, fortemente armados tomaram a Rádio Guaíba, que pertence ao *Correio do Povo*, evidentemente uma ação de Brizola em represália e para frustrar futuras tentativas de ser tirado do ar por ordem federal emanada do III Exército. Da uma hora da madrugada do domingo, 27, até mais ou menos o meio dia do dia 28, quando este [segundo] estágio acabou, a Rádio Guaíba permaneceu a única estação de rádio disponível para o governador, que estava entrincheirado no seu palácio, agora publicamente convertido numa cidadela por sacos de areia e metralhadoras. Este único canal era tudo o que eles precisavam para começar a levantar largo apoio no Rio Grande do Sul para sua posição nesse caso. Durante estes discursos, o governador ocasionalmente deixou escapar palavras sobre os “interesses financeiros estrangeiros” e os “trustes norte-americanos”, que teriam forçado Jânio a renunciar. Brizola foi apoiado nisso por muitos que não gostavam dele ou de Jango, porque sua posição parecia se manter segundo a Constituição, enquanto que os movimentos relatados sobre o Norte, não. Até esse ponto parecia que a rota do governador iria colidir com a determinação do comandante do III Exército de manter a lei e a ordem. As posições fortificadas ocupadas por suas forças chegaram a ponto de ficar separadas por cerca de duas quadras uma da outra no centro de Porto Alegre.

Frente a este quadro, segundo o documento do Consulado, foram tomadas medidas como o bloqueio de ruas “num raio de cerca de duas quadras do QG do III Exército” e “em torno do palácio do governador”. Além disso, “escolas foram fechadas. Muitas pessoas começaram a deixar a cidade”. Em meio a tal tensão, o Cônsul “ligou para o comandante do III Exército, General Machado Lopes, às 10 horas da manhã, para solicitar garantias para a

segurança dos americanos, o que foi rapidamente dado, sem reservas. Americanos foram discretamente alertados para permanecerem em suas casas”.

Passamos, então, ao relato do terceiro estágio – que foi do meio dia de 26 até 31 de agosto. O período é caracterizado como sendo de crise externa, em contraposição ao anterior, que teria representado uma “crise interna” – interna e externa ao estado do Rio Grande do Sul. Assim prossegue o relato:

ao meio dia de segunda, 26 de agosto, o general Machado Lopes ligou para o governador Brizola. Eles chegaram a um entendimento baseado, aparentemente, no comum acordo de que a Constituição deveria ser mantida e que isso significava que o vice-presidente Goulart deveria assumir a Presidência. A tensão entre os dois campos armados em Porto Alegre diminuiu imediatamente. Isso foi sucedido rapidamente por outras tensões que cresceram na medida em que a oposição a Goulart no Norte se tornou mais manifesta. As transmissões radiofônicas dominadas pelo governador, espalhadas por todas as estações do Rio Grande do Sul, permitiram a manutenção no ar da “Rede da Legalidade”. Estas transmissões eram estridentes e militantes (inelegível), [acompanhadas por] manifestos inflamados e música militar. Estava claro que seu propósito era levantar a população para a frente de batalha no caso de uma guerra civil. Com os receptores [de rádio] geralmente em mãos do poder público era difícil para as pessoas daqui escutarem rádios de fora [do Estado] e as reportagens bastante objetivas de jornais como o *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde* pesavam relativamente pouco para equilibrar o efeito [do rádio] na opinião pública. (De certa maneira, a atmosfera de ansiedade criada pela Rádio da Legalidade lembrou aquela criada na área de Nova Iorque pela transmissão da invasão de marcianos por Orson Welles, uma geração antes.)

Esta comparação será explorada por nós a seguir. Entramos, agora, numa parte do documento na qual as ações de populares nas ruas já não são mais caracterizadas como “passeadas ordeiras”. A palavra escolhida para relatar tais movimentos é agitação:

somada a essas transmissões, outra fonte de agitação apareceu com a formação dos “Comitês de Resistência”, com a sede principal localizada num prédio público que era um pavilhão de exposições, no coração de Porto Alegre. Desta sede, que mostrava um claro tom antiestadunidense, foram organizados rapidamente outros comitês semelhantes em outras partes da cidade e do estado, geralmente sob a direção de estudantes universitários esquerdistas. Eles alistaram voluntários para grupos militares que começaram a treinar, sem armas, num espaço público e atraíram recrutas dos grupos mais militantes de trabalhadores e de estudantes.

Como foi dito acima, o apoio do general Lopes à posição de Brizola

serviu para acalmar os ânimos num primeiro momento, já que novas tensões se sucederam. Esta situação é assim caracterizada:

a ansiedade pública cresceu e começou a haver racionamento na medida em que se espalharam rumores de que o canal de entrada do Porto de Rio Grande tinha sido bloqueado e que autoridades federais tinham ordenado uma ação militar contra o palácio do governador. Todas as estações de rádio foram colocadas sob um único controle, transmitindo programas idênticos 24 horas por dia. Acumulação de selos e de gasolina começou, com subsequente racionamento. Movimento de famílias para fora da cidade acelerado. Atividades comerciais abaixo do normal com bancos fechados e dinheiro escasso. Escolas e estabelecimentos públicos fechados, assim como o jogo de futebol (o Grenal), cancelado. O público em geral e as autoridades civis continuaram amistosas em relação aos americanos, apesar dos seus próprios e urgentes problemas. Comunicações para fora do estado foram reduzidas a uma sobrecarregada e, mais do que isso, frágil ligação telegráfica. Voos foram cancelados e viagens terrestres para o Norte se tornaram impraticáveis.

Destacamos, dessa parte, a observação sobre o tratamento que estavam recebendo os norte-americanos da população porto-alegrense. O tema da segurança dos norte-americanos é reforçado com o comentário de que “no dia 31 de agosto, o oficial principal foi informado que o III Exército planejava se movimentar para o Norte e que a responsabilidade pela segurança dos norte-americanos ficaria com as autoridades de segurança pública do estado”. Sobre essas autoridades, o relato assim se refere: “as últimas, incluindo o coronel Aquistapace, o Secretário de Segurança Pública e o coronel Moojen, Comandante da Brigada Militar, foram acessíveis, corteses e atenciosas todo o tempo”. Estas garantias, no entanto, não deixaram o consulado imobilizado. Decidiu-se que um grupo de técnicos ligados ao United States Operations Mission – USOM e um professor que estava em Porto Alegre com uma bolsa de estudo, assim como seus familiares, seriam deslocados “para o Uruguai até que fossem restabelecidas condições normais essenciais para sua efetivação e bem estar.” A manobra foi difícil por causa das dificuldades em obter gasolina. Mesmo assim, foi possível que um comboio de seis carros partisse para o país vizinho na madrugada do dia 3 de setembro, com o mínimo de publicidade.

O quarto estágio da crise é descrito como os primeiros dias de setembro, com a chegada de Goulart, que assumiu

uma atitude conciliatória em relação à emenda parlamentarista, a qual aborreceu Brizola de tal modo que o último repreendeu o vice-presidente numa entrevista à imprensa acontecida naquele dia. Jango expressou fortemente sua repulsa a uma guerra civil

e foi apoiado intensamente nisso pelo general Machado Lopes. A tensão diminuiu, mas a situação permaneceu potencialmente explosiva até a chegada de notícias sobre o desembarque seguro de Goulart em Brasília.

Nas conclusões apresentadas, mais do que avaliar o resultado da crise, o cônsul norte-americano achou necessário destacar naquele “período confuso e fatigante [...], a amizade e a cooperação da população local em relação aos norte-americanos em geral e particularmente aos oficiais”. Isso teria se corporificado em “ofertas para repartir suprimentos escassos, dinheiro, comida e gasolina, os quais foram recebidos de amigos, vizinhos e mesmo de pessoas relativamente estranhas. Até agora, o consulado não recebeu relatos de maus tratos aos de norte-americanos”. A lealdade o senso de dever da equipe do Consulado também foi mencionada de forma positiva.

O dito e o não dito

Depois desta exposição, gostaríamos de destacar alguns pontos presentes no relato do Consulado, reforçando aspectos eleitos como dignos de nota, que foram entendidos como sendo indispensáveis à primeira correspondência que visava dar um panorama dos fatos que entre nós ficaram conhecidos como Movimento da Legalidade. Lembremos que os oficiais do Consulado de Porto Alegre eram observadores privilegiados dos fatos em questão. O mesmo não se poderia dizer de outros postos importantes, como os situados em São Paulo, em Brasília e no Rio de Janeiro, que estavam geograficamente longe do epicentro dos acontecimentos.

Essa tempestade de verão que se abateu sobre Porto Alegre em pleno agosto mudou o cotidiano da cidade: bancos e estabelecimentos públicos foram fechados, escolas e lojas igualmente; pessoas deixaram a cidade, houve racionamento de selos e de combustível; estabelecimentos públicos foram fechados; voos e viagens terrestres e até um Grenal, cancelados; as ligações telegráficas ficaram mais frágeis do que normalmente eram; tornou-se impossível fazer ligações telefônicas à longa distância; os boatos correram à solta.

O cônsul Percy Warner conseguiu registrar parte do clima que tomou conta da cidade, marcado pela perplexidade, pela frustração de expectativas, pela tensão e pela sucessão de “situações potencialmente explosivas”. Em algumas delas, o perigo parecia estar num enfrentamento entre o Exército e a Brigada Militar; depois, ele seria representado pelos boatos da chegada de forças vindas do Norte, e ainda, pelos desdobramentos da agitação popular que começava a aparecer. O protagonismo do povo foi destacado, num primeiro momento, como sendo pacífico e ordeiro. A partir da criação dos Comitês de Resistência, porém, foi visto como perigoso, já que liderado por esquerdistas.

As posturas de Brizola e de Jango na crise não chegam a ser analisadas e avaliadas. Os movimentos de Brizola, porém, são sempre descritos com adjetivos fortes: a fala de Brizola é vigorosa; seus discursos são feitos da maneira mais inflamatória possível; as transmissões da Rádio da Legalidade são estridentes e militantes; comportam manifestos inflamados. Em contraposição, o jornal *Correio do Povo* é apresentado como sendo independente e largamente respeitado. Ele e a *Folha da Tarde* trariam reportagens objetivas. Vê-se, aqui, uma contraposição entre a realidade vivida e um ideal – de que as pessoas tivessem opções de se informar ouvindo outras emissoras de rádio não comprometidas com a proposta de Brizola, ou, ainda, de que a leitura de jornais considerados neutros pudesse contrabalançar o peso dos discursos inflamados veiculados pelo rádio.

Ao longo de todo o documento, é possível perceber a cautela do cônsul em se posicionar. Ele não faz nenhuma apreciação da justeza ou não do veto dos ministros militares à posse de João Goulart ou do levante de Brizola. Destaca que a posição de Brizola “parecia se manter fiel à Constituição” e que ele foi apoiado até mesmo por pessoas que não gostavam dele ou de Jango. Seria isso indício de cautela em relação às questões da política estrangeira? Ou de dúvida frente ao quadro que abruptamente se desenhou na frente dos olhos do funcionário norte-americano? Se considerarmos a característica dos documentos que cotidianamente os cônsules enviavam ao Departamento de Estado, tratando do vai e vem da política brasileira no período em torno daquele em que aconteceu o Movimento da Legalidade, podemos considerar que abster-se de avaliar as posições políticas dos diferentes protagonistas não era uma prática do corpo diplomático norte-americano. Numa pesquisa que realizamos com documentos enviados pelos postos diplomáticos dos Estados Unidos instalados no Brasil entre 1945 e 1964 ao Departamento de Estado, ficam claras as avaliações feitas a respeito de políticos como Jânio Quadros, Leonel Brizola e João Goulart (Rodeghero, 2007).

Creemos, no entanto, que nesse primeiro relato, ainda marcado pela surpresa, tenham sido considerados dignos de nota outros aspectos que podem ser captados num parêntesis e nas entrelinhas do documento. Começemos pelo parêntesis. Ao falar sobre a influência da Rede da Legalidade nos ouvintes, o cônsul Warner anotou: “(De certa maneira, a atmosfera de ansiedade criada pela Rádio da Legalidade lembrou aquela criada na área de Nova Iorque pela transmissão da invasão de marcianos por Orson Welles, uma geração antes)”. O parêntesis foi fechado, o relato continuou, com uma mudança de assunto. Referiu-se, então, aos Comitês de Resistência, apresentados como outra fonte de agitação e de perturbação. O fato de a analogia ter ficado como que suspensa no meio do texto não tira a importância dela para o entendimento da interpretação que o cônsul norte-americano cons-

truiu sobre os fatos que estavam sendo relatados. A comparação sugere que, ao escrever, Percy Warner procurou uma imagem familiar a seus leitores, a qual permitiria traduzir a “atmosfera de ansiedade” que impregnava Porto Alegre.

A Rede da Legalidade foi associada a uma situação vivida nos Estados Unidos na década de 1930. Naquela ocasião, na noite de 30 de outubro de 1938, a Rádio CBS transmitiu uma irradiação do romance *A guerra dos dois mundos*, de H. G. Wells, adaptada para o rádio por Orson Welles. A rádio novela não foi introduzida como tradicionalmente se faz com um novo programa – não foi distinguida da programação normal – e as notícias veiculadas (na novela) sobre a queda de um meteoro em Growen Hill, uma cidadezinha de Nova Jérsei, próxima de Nova Iorque, e do início da luta dos marcianos com a polícia foram tomadas como realidade. Decorreram disso atos desesperados: veteranos da Primeira Guerra partiram para se colocar a serviço da pátria; multidões tomaram de assalto quartéis de bombeiros, postos policiais, hospitais; milhares de pessoas saíram de casa e correram pela noite, em busca de abrigo; pessoas enlouqueceram; outras se suicidaram (Leão, 2003). Além de ressaltar o poder mobilizador dos discursos de Brizola na Rede, estaria o funcionário norte-americano sugerindo que, da mesma forma que acontecera em 1938, a Rádio da Legalidade também era uma farsa?

Além das transformações no cotidiano da cidade, da tentativa de retratar o clima de ansiedade vivido e das palavras cautelosas sobre as posições políticas em disputa, outro aspecto que chama atenção no relato do Consulado é a preocupação com a segurança, manifestada na retirada de membros da equipe do posto e seus familiares para o Uruguai, na busca de proteção pelo III Exército, na menção de que tal segurança, a certa altura, ficaria nas mãos das forças do estado do Rio Grande do Sul, na denúncia de palavras de ordem com tom antiestadunidense, na menção ao fato de que não houve nenhum relato de maus tratos a norte-americanos, na surpresa com a solidariedade prestada aos conterrâneos. Essas evidências fazem crer que a redação do relatório de 8 de setembro de 1961 estava dialogando com uma experiência que não chegou a ser nomeada, aquela vivida pelo Consulado sete anos antes, em 1954, quando do suicídio de Vargas. Entramos, aqui, nas entrelinhas.

Naquele agosto, populares foram para as ruas e fizeram manifestações nada ordeiras, parte das quais visava punir os inimigos declarados de Vargas, entre os quais estariam os Estados Unidos, aqui representados pelo Consulado de Porto Alegre, por firmas multinacionais ou por empresas que tinham alguma referência àquele país em seu nome. Sabe-se que também foram atacadas sedes de partidos políticos e de órgãos de comunicação (FERREIRA, 1994).

Na pesquisa que realizamos com documentação diplomática norte-americana, antes referida, deparamo-nos com um relatório que guarda semelhanças com aquele que está sendo objeto de nossa reflexão presente. Da mesma forma como o Consulado de Porto Alegre reportou à Embaixada e ao Departamento de Estado o Movimento da Legalidade, também havia feito o mesmo em agosto de 1954. Havia, no entanto, diferenças entre o lugar que o Consulado e os norte-americanos ocuparam nos dois eventos. Queremos defender que a memória dos fatos de 1954 é o não dito do documento de 1961 e que ela explica as omissões e as ênfases do relato do cônsul Warner.

Segundo o documento redigido pelo Consulado em 28 de agosto de 1954, no dia do suicídio, as emissoras de rádio repetiam a carta testamento de Vargas com “inflamatórias referências aos interesses do capital estrangeiro, que em Porto Alegre são geralmente identificados com os interesses norte-americanos”.⁵ Nele é relatado que na Praça da Alfândega, a multidão foi excitada por discursos de lideranças do PTB e, a seguir, saiu em busca de empresas que representavam os interesses norte-americanos. Logo após o meio dia, a multidão forçou a entrada do Edifício Bragança, onde ficava o Consulado, no sexto andar. Os andares ocupados por consultórios de médicos e de dentistas e por advogados foram destruídos. A porta do Consulado foi derrubada e os escritórios saqueados. Foram quebradas vidraças, mesas, cadeiras, arquivos, máquinas de escrever. Tudo foi jogado pela janela e queimado a seguir. Também foi destruído material da United States Information Service (USIS) como filmes, filmadoras, microfones. Foram destruídas estantes de livros, quadros, aparelhos de telefone. Foi levada uma maleta com cartões de identificação dos funcionários e com algum dinheiro. As almofadas do sofá foram jogadas pela janela e o mesmo aconteceu com algumas bandeiras norte-americanas. Os banheiros não foram poupados. A destruição iniciou próximo das 13 horas. Desde as 10h15 o Consulado estava fechado, como medida de segurança.

O relator destaca que testemunhas afirmaram que durante estes acontecimentos havia policiais ou soldados assistindo ao saque e ao incêndio, mas que não houve nenhuma iniciativa de intervir. Tropas teriam sido enviadas para proteger o prédio apenas depois que a multidão havia partido e depois dos bombeiros terem apagado as chamas na rua. A multidão partiu para a agência do City Bank, para a Coca-Cola, para a Importadora Americana, empresa que, segundo o documento, sequer tinha capital norte-americano.

Lê-se no relato que logo que o cônsul e os outros funcionários foram avisados do ataque, procuraram a polícia, que confirmou que a multidão

⁵ *Civil Disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954*. Correspondência do Consulado e da USIS de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 28 de agosto de 1954. O documento leva a assinatura do cônsul Robert S. Hoard e do Public Affairs Officer Edward T. Purcell. Record Grupo 59, Brazil – political affairs, Publication M1484, roll 2, 8 páginas.

estava fora de controle. No final da tarde, acompanhado por um pequeno destacamento da Brigada Militar, o cônsul foi ao prédio da representação norte-americana. Depois, dirigiu-se ao Comando do Exército, onde foi informado que, de acordo com as leis brasileiras, o Exército não poderia intervir em distúrbios civis, até que o governador não requisitasse intervenção militar. O comandante considerou que, se tivesse havido ação do governo mais cedo, boa parte da destruição teria sido evitada. Considerou também que aquilo que começou como uma reação petebista ao suicídio sob pressão de Vargas foi aproveitado por comunistas e socialistas para uma mobilização antiestadunidense.

Vê-se, então, que os populares que participaram dos motins de 24 de agosto escolheram como alvo de sua ira aqueles que entendiam como sendo responsáveis pelo gesto extremo do presidente. Entre os inimigos de Vargas, estaria o governo dos Estados Unidos, representado aqui pelo Consulado. A invasão e o saque ao seu prédio podem ter criado entre os oficiais o receio de que em novos momentos de radicalização política – nos quais se enfrentavam forças mais ou menos simpáticas ao seu país – os fatos de 1954 pudessem se repetir. Daí o peso que têm no documento de 1961 as menções às medidas visando à segurança dos norte-americanos e do Consulado, a preocupação com certos *slogans*, a menção à pronta garantia de segurança fornecida pelo Exército e as medidas tomadas quando surgiu a perspectiva de que esta segurança fosse feita pelo governo estadual. Esse ocupava, no conflito de 1961, a mesma posição do governador Ernesto Dornelles, em 1954. Se, naquela ocasião, as forças estaduais foram omissas na tarefa de salvaguardar os bens e a segurança dos norte-americanos, seria compreensível que em 1961 estivesse presente a desconfiança em relação aos subordinados do governador Leonel Brizola.

A hostilidade dirigida à representação norte-americana no dia do suicídio do presidente pode ser entendida como a outra face da moeda da relação entre Brasil e Estados Unidos, especialmente a partir do segundo governo de Vargas. Havia, da parte do Departamento de Estado norte-americano, uma consolidada desconfiança em relação ao presidente Vargas e a suas políticas nacionalistas. Para explorar este argumento, apresentarei, no tópico seguinte, um panorama das forças em disputa na política brasileira no período de 1945 e 1964, e relacionarei tais embates com os posicionamentos do Departamento de Estado norte-americano em relação à política brasileira. Tal raciocínio poderá esclarecer o caráter um tanto excepcional da cautela utilizada pelo cônsul Warner, no seu relato de 1961, quanto a posicionar-se frente às forças em disputa.

O Movimento da Legalidade, a democracia pós 1945 e as relações entre Brasil e Estados Unidos

A partir de 1945, antigos e novos atores políticos passaram a disputar espaço na definição dos rumos do Brasil. Além da atuação dos partidos criados pelos apoiadores e pelos opositores do Estado Novo (PSD e UDN, respectivamente), assistiu-se à emergência dos trabalhadores urbanos na política, começando pelo Movimento Queremista e se dirigindo, em seguida, ao Partido Trabalhista (PTB). Percebendo as mudanças na política internacional e interna, nos anos finais da Segunda Guerra, Vargas passara a estreitar relações com os trabalhadores urbanos. Estes, beneficiados pela legislação trabalhista – que tinha sido sua bandeira de luta desde a Primeira República –, não viam com bons olhos as correntes de opinião que, no início de 1945, pediam o afastamento de Getúlio do poder. Pela primeira vez, trabalhadores urbanos se manifestaram para além de suas demandas sindicais e pretenderam fazer política (FERRERIA, 2003). Getúlio, no entanto, foi forçado a renunciar, pressionado tanto pela oposição quanto por militares como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, homens que até então o tinham sustentado no poder. Para estes, era inconcebível a aproximação que se desenhava entre Vargas e os trabalhadores e, ainda, o apoio que o presidente tinha recebido do Partido Comunista (CARVALHO, 2006; RODEGHERO, 2006).

Durante o mandato do general Eurico Dutra no Brasil, eleito ao final de 1945, o Brasil viveu a aurora da guerra fria. Seu governo foi marcado por uma intensa repressão ao movimento sindical e pela perseguição de funcionários públicos acusados de subversão. O Partido Comunista foi fechado e os parlamentares eleitos pela sigla tiveram seus mandatos cassados. Apesar de Dutra ter sido eleito como o candidato da situação, afastou-se radicalmente da herança de Vargas. Com a volta deste à Presidência da República, na eleição de 1950, ficou cada vez mais clara a existência de diferentes modelos de desenvolvimento para o Brasil. Eles diziam respeito a graus diversos de aceitação da interferência do Estado na economia; maior ou menor apoio à presença do capital estrangeiro; diferentes formas de inserção do país no quadro internacional da guerra fria; posturas diversas ou até opostas em relação às manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos; rechaço ou tentativas de tocar na questão dos trabalhadores do campo e na Reforma Agrária.

As polêmicas em torno da criação da Petrobras, em 1954, por exemplo, foram representativas destas diferenças: a quem caberia explorar o subsolo brasileiro? Ao Estado? Ao capital privado nacional? Ao capital internacional? Quem definiria as prioridades e o volume de investimentos? O governo? As forças do mercado? Como a questão do petróleo se relacionava

com o projeto de desenvolvimento industrial para o Brasil? O Brasil poderia almejar ser um país industrializado? Ou deveria, ao contrário, aprofundar sua vocação agrícola? (LEOPOLDI, 1994).

Se, no caso da exploração do petróleo, ficaram claras as posições sobre o projeto global de desenvolvimento, em outras situações, durante o Segundo Governo Vargas (1951-54), o que gerou conflito foi a forma como eram tratados os trabalhadores, especialmente aqueles organizados em sindicatos. A intensa repressão do governo Dutra cedeu lugar a um tratamento mais respeitoso por Vargas, como se vê na nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em junho de 1953, em meio à crise desencadeada por uma onda de greves. O jovem ministro, por ser presidente do PTB, tinha proximidade com as lideranças sindicais e, através de uma estratégia de diálogo, conseguiu fazer com que a greve dos marítimos, então em curso, fosse concluída com rapidez e com conquistas para os trabalhadores. Começou a ser construído aí um conjunto de imagens em torno de Jango: tanto a imagem do ministro que dialoga, que sabe escutar, que se aproxima dos trabalhadores, como a do ministro que se deixa levar pelos maus trabalhadores, por aqueles que não trabalham e querem espalhar ideologias estranhas à índole brasileira. Como última medida no Ministério, no início de 1954, Jango propôs um aumento do salário mínimo de 100% e, com isso, mostrou a marca de si mesmo que gostaria de deixar para a posteridade (GOMES, 2006).

No mesmo ano, os opositores de Vargas, munidos pelo escândalo da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, denunciaram o “mar de lama” no qual o presidente estaria afundado e pressionaram-no para que renunciasse. Em 24 de agosto de 1954, Vargas optou pelo suicídio e pôs fim à crise em curso. Multidões nas ruas, revolta e quebra-quebra. Isso fez a oposição ver a extensão do apoio popular ao presidente morto (FAUSTO, 2006).

O suicídio de Vargas não significou a morte do getulismo, tanto no que se refere a um projeto de desenvolvimento quanto ao apelo ao nacionalismo e a um tipo particular de relação com os trabalhadores. Mesmo que no governo de JK, eleito em 1955 pela aliança entre PSD e PTB, o país tenha sido aberto ao capital estrangeiro, sem os escrúpulos do governo Vargas, continuou em curso um esforço de desenvolvimento orientado pelo Estado e houve, também, uma relação relativamente respeitosa do governo com as demandas dos trabalhadores urbanos. Não se viveu um clima de “caça às bruxas”, como acontecera no tempo de Dutra. Esta tranquilidade pode ser ter sido resultado da presença de Jango no governo, como vice-presidente eleito pelo PTB. As dificuldades do final do governo JK, especialmente a inflação e o rompimento com o FMI, criaram espaço para o sucesso da plataforma reformista e moralista do candidato da oposição.

Apoiado pela UDN, Jânio Quadros venceu a eleição de 1960 e assumiu no início do ano seguinte, tendo como vice, João Goulart, da chapa

oposta (PSD/PTB). Foram poucos meses de um governo titubeante que levaram Jânio a uma situação de isolamento. A política externa independente que começava a ganhar força, por exemplo, fazia com que se quebrassem o alinhamento quase “natural” do Brasil aos Estados Unidos. Daí a busca de novos mercados, como a China comunista, em cujo solo Jango se encontrava quando da renúncia de Jânio.

Sabemos o que aconteceu então: os ministros militares de Jânio Quadros viram na posse de Jango a possibilidade de retorno ou de reforço do projeto getulista, agora numa dimensão radicalizada. Consideraram inconveniente a volta do vice ao Brasil e lembraram do episódio no qual Jango fora Ministro do Trabalho, quando teria promovido agitações nos meios sindicais, no seio dos quais estariam em ação agentes do comunismo internacional. A posse do vice passou a ser defendida pelo governador gaúcho Leonel Brizola, que conseguiu o apoio do III Exército, na pessoa do comandante, general Machado Lopes. Seguiram-se fatos como a ameaça de bombardeio do Palácio Piratini, a desmontagem das bombas na Base Aérea de Canoas, a requisição da Rádio Guaíba e a montagem da Rede da Legalidade, a transformação do Palácio em trincheira e o afluxo de apoiadores à causa encabeçada pelo governador.

Entre os apoiadores, vale destacar, estavam representantes das novas categorias que vinham buscando espaço no campo político: militares nacionalistas, entre os quais alguns oficiais e um número maior de subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar, estudantes, pessoas envolvidos na luta pela Reforma Agrária, trabalhadores urbanos sindicalizados e um número significativo de “populares”. As fotos da época, as manchetes dos jornais gaúchos, os testemunhos dos contemporâneos nos dão este panorama.

Diferentes variáveis contribuíram para que o desfecho – a posse de Jango – fosse relativamente favorável aos defensores da legalidade. Entre elas, podem-se mencionar a presença de povo na rua e a perspectiva da deflagração de uma guerra civil; a decisão dos militares subalternos e de alguns oficiais de não cumprirem ordens contrárias à Constituição; o carisma e a liderança de Brizola que capitalizou para sua campanha apoios conseguidos nos anos anteriores, como prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul; a conquista de apoio da Igreja, na pessoa de D. Vicente Scherer, e do III Exército, já mencionado; o peso da bandeira da legalidade, num período no qual a estratégia do golpe era uma das mais tentadas e valorizadas pela oposição antigetulista.

Em termos de política externa norte-americana, o Movimento da Legalidade aconteceu logo após o lançamento da Aliança para o Progresso, que se deu na segunda semana daquele mesmo agosto, na conferência da Organização dos Estados Americanos, em Punta del Este, no Uruguai. Sabemos da importância deste programa e de como ele teve participação nos esforços de

desestabilização do governo Jango, que contribuíram para o sucesso do golpe de 1964 (PARKER, 1979; DREIFUSS, 1981; RABE, 1999; SILVA, 2008). No entanto, como a Aliança ainda estava na fase de montagem e não tinha projetos em andamento, consideramos mais relevante destacar aqui as preocupações norte-americanas com o nacionalismo que vinham se manifestando desde o final da Segunda Guerra e o início da guerra fria, período no qual o nacionalismo brasileiro passava, cada vez mais, a ser associado ao comunismo.

De acordo com o estudo de Gerald K. Haines (1989), que enfoca as relações entre Estados Unidos e Brasil de 1945 a 1954, os temas comunismo, nacionalismo e antiamericanismo estavam sempre em discussão e eram vistos como empecilhos para a tentativa “vender os Estados Unidos”, com ênfase na defesa do capital privado e da livre iniciativa.

Depois da II Guerra Mundial, as relações entre os dois países foram conturbadas. O governo brasileiro esperava dos Estados Unidos uma atenção especial, tendo em vista a participação direta do país na Guerra, através da Força Expedicionária Brasileira (Hilton, 1981). Tal pretensão entrava em choque com a opção norte-americana de investir na recuperação da Europa e da Ásia, através do Plano Marshall. Comentando as dificuldades do Brasil em conseguir empréstimos norte-americanos durante o governo Dutra, Stanley Hilton destaca o peso da convicção da administração Truman de que as necessidades de desenvolvimento do Brasil poderiam ser melhor resolvidas pelo capital privado. Também relata que os membros norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada em 1948 para discutir pontos de estrangulamento na economia brasileira, deram ao Brasil os mesmos conselhos (cf. HILTON, 1981, p. 603 et seq.).

As administrações brasileiras que se seguiram ao governo Dutra - Vargas, Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart não concordaram - em termos gerais - com essa avaliação norte-americana. Estavam interessadas numa estratégia mista de desenvolvimento na qual cabiam investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais visando o estabelecimento de uma base industrial, necessária para a modernização da economia do país.

O mandato de Eisenhower, republicano que sucedeu os democratas Roosevelt e Truman, coincidiu em parte com o segundo governo de Vargas. Também nessa época, a dificuldade do Brasil em obter apoio financeiro norte-americano era explicada pelo peso do pensamento nacionalista. O nacionalismo impedia a abertura das portas do país para os interesses das companhias norte-americanas, como se deu no caso da exploração do petróleo. Tal postura dificultava, ainda, que os Estados Unidos alcançassem os objetivos de garantir a cumplicidade brasileira nos temas políticos hemisféricos e mundiais, especialmente no combate ao comunismo. Segundo Stanley Hilton, em janeiro de 1955, no governo de Café Filho, em meio a uma nova tentativa de conseguir empréstimos, foi realizado um encontro entre o embaixador brasileiro nos

Estados Unidos, João Carlos Muniz, e alguns *experts* do Departamento de Estado, no qual os últimos enfatizaram a necessidade de orçamentos equilibrados, inflação controlada e liberalização das leis de petróleo para permitir a participação do capital estrangeiro (HILTON, 1981).

No governo de Juscelino Kubitschek, como se sabe, o Brasil foi aberto ao capital estrangeiro. Para realizar o Plano de Metas, sem poupança interna capaz de dar conta da dimensão daqueles investimentos, o governo apelou para a emissão de moeda e para o incentivo à instalação de indústrias multinacionais. Tais indústrias eram direcionadas aos setores considerados prioritários pelo governo, como o da produção de automóveis e de tratores. Nesse período, os financiamentos de governo para governo continuavam sendo descartados em proveito da valorização do capital privado. A inflação gerada pela política emissãoista, a incapacidade de honrar os compromissos com os organismos internacionais e a pressão do FMI para uma política de ajuste, que poderia comprometer o Plano de Metas, fizeram com que JK declarasse uma moratória no final do seu mandato (Moreira, 2003). Esse governo, que parecia ser o que mais se aproximava do ideal defendido pela política externa norte-americana apresentava, no entanto, características condenáveis, como a de não honrar os compromissos externos e de ser tolerante em relação aos comunistas.⁶

Com a Aliança para o Progresso, lançada pelo governo Kennedy em 1961, o montante de ajuda econômica proveniente dos Estados Unidos cresceu significativamente. Acreditava-se que os recursos aplicados na América Latina poderiam elevar o nível de desenvolvimento rural e urbano e que isso tornaria desnecessário o recurso à revolução e ao comunismo. É nessa mesma época que Goulart ocupa a presidência da República no Brasil. Os recursos da Aliança, no entanto, são encaminhados seletivamente para reforçar o poder dos governadores da oposição.

Um pouco depois, em 1963, quando o Brasil era governado por João Goulart, o embaixador Lincoln Gordon fez uma avaliação sobre a esquerda brasileira e sobre os problemas relacionados ao estatismo herdado do Estado Novo.⁷ Aos olhos do mais alto funcionário norte-americano no Brasil, o governo Jango carregava tal herança numa conjuntura mais perigosa do que aquelas enfrentadas pelos seus sucessores. O estatismo e o nacionalismo denunciados entravam em choque com o modelo de desenvolvimento

⁶ Isso pode ser visto no documento que *Memorandum of conversation with President Kubitschek* – Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, Record Group 59 Brazil – political affairs, M 1511, rolo 6. Esta questão está melhor desenvolvida em: RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria*, pp. 78 a 87.

⁷ *Political trends and contingencies in Brazil*. Correspondência da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, 10 páginas. *Record Group 59, Brazil – political affairs*, caixa 3832.

que as administrações norte-americanas acreditavam que poderia resolver os problemas do Brasil. Tal modelo, como já apontamos, previa a criação de um bom clima para a entrada de capital privado internacional, a manutenção da estabilidade política e monetária, a oposição ao nacionalismo econômico e ao estatismo, o desenvolvimento industrial dentro de certos limites, etc. Conforme explica Haines, “nacionalismo econômico enfraquecia o respeito à propriedade privada e à iniciativa individual. Prejudicava os negócios dos Estados Unidos e cheirava a comunismo” (1989, p. 62).

Referindo-se a exemplos de estatismo no Brasil, o embaixador citou, no mesmo documento, a interferência e a regulamentação do Estado no campo do trabalho, o controle de preços e salários e a necessidade de permissões para importação, além de outros elementos que faziam com que a iniciativa privada ficasse à mercê do governo. Se o alto grau de estatismo presente no governo era uma herança do Estado Novo, o embaixador avaliava que a tendência do governo Goulart era a de expandir ainda mais a esfera estatal. Isso, segundo ele, não iria trazer benefícios para a população desprivilegiada e provavelmente levaria a um declínio na produção, devido tanto à corrupção como à falta de habilidade dos brasileiros em conduzirem o país de forma altamente centralizada. Tais declínios na produção, por sua vez, fariam sofrer a classe trabalhadora industrial e a classe média urbana, o que teria efeitos radicalizadores na situação política. Criar-se-ia, com isso, um clima favorável à aceitação de ideias comunistas.

Considerações finais

Vê-se, então, o raciocínio que, de um lado, ligava nacionalismo a comunismo e, de outro, distanciava nacionalismo de interesses norte-americanos. Tal raciocínio é perceptível no conjunto dos documentos redigidos por oficiais dos postos diplomáticos instalados no Brasil entre 1945 e 1964. Neles, as lideranças políticas, empresariais, religiosas, etc. são avaliadas pela sua posição quanto ao nacionalismo e à abertura aos capitais norte-americanos, o que geralmente é também a avaliação a respeito das vantagens da democracia (que é usada como sinônimo de capitalismo) e das desvantagens do comunismo. A quase ausência, no documento de setembro de 1961, de avaliação sobre a justiça e a propriedade das duas posições em disputa (pela posse conforme a Constituição ou pelo impedimento da posse de Jango) é uma exceção ao *modus operandi* da escrita diplomática norte-americana sobre o Brasil. Tentamos demonstrar que isso pode ser explicado pelo relevo das outras preocupações, intrínsecas ao relato analisado.

Na vasta bibliografia sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos no período anterior ao golpe de 1964, há vários trabalhos explorando a participação norte-americana na conspiração que visava legitimar a derru-

bada do governo Jango e também os planos a serem colocados em prática, em apoio aos “revolucionários”, caso houvesse resistência (Fico, 2008).⁸ O mesmo não acontece com os fatos de agosto/setembro de 1961. Parece pertinente pensar que o esforço conspiratório levado adiante entre 1961 e 1964 deixou muito mais registros entre os papéis norte-americanos do que aqueles que restaram sobre o Movimento da Legalidade, evento marcado pelo fator surpresa. Esse fator que esteve presente em 1961 não esteve em 1964. Da mesma forma, há que se lembrar que o argumento da defesa da Constituição atraía até mesmo aqueles que não eram simpáticos a Brizola e a Jango. Ele pode ter influenciado a escrita do cônsul Warner. Por conta desses dois fatores – a surpresa e a legitimidade da bandeira da legalidade – o relato norte-americano sobre os acontecimentos de Porto Alegre entre 25 de agosto e 7 de setembro pareceu bem mais ameno e neutro do que o conjunto dos documentos que, antes e depois de 1961, foram redigidos sobre a atuação política de Vargas e de seus herdeiros.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. Vargas: o aprendiz de feiticeiro. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 102 a 117.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção *O Brasil Republicano*, vol. 3), p. 15-46.

_____. O carnaval da tristeza. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Memórias em disputa: Jango, Ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 31-55.

⁸ O documentário *O dia que durou 21 anos* de Camilo e Flávio Tavares é uma significativa contribuição para o entendimento dessa questão.

HAINES, Gerald K. **The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954.** SR Books, Wilmington, DE: 1989.

HILTON, Stanley. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. **The Journal of American History.** Vol. 68, n. 3, dezembro 1981, p. 599 a 624.

LEÃO, Rudyard. Ficção radioativa: é possível contar histórias potencializadas pelos efeitos excepcionais do áudio eletrônico. **Klepsidra**, n. 18, Nov./Dez. 2003. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/novaklepsidra.html>

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 10994, p. 161-204.

MORERIA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

PARKER, Phyllis. **Brazil and the Quiet Intervention, 1964.** Austin, Texas: University of Texas Press, 1979.

RABE, Stephen. **The Most Dangerous Area in the World: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. **Métis: História e Cultura.** Vol. 5, n. 10, jul./dez. 2006, p. 179-202.

SILVA, Vicente Gil. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de mestrado em História.

Fontes

Documentos pesquisados em National Archives and Record Administration (Unidade de College Park, Maryland), que pertencem ao Record Grup 59 – Department of State:

Civil Disturbance in Porto Alegre on August 24, 1954. Correspondência do Consulado e da USIS de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em 28 de agosto de 1954. Brazil – political affairs, Publication M1484, roll 2, 8 páginas.

Memorandum of Conversation with President Kubitschek. Memorando interno no Bureau of Inter-American Affairs (ARA) de Frank G. Wisner, Deputy Director para Maurice M Bernbaum, diretor do Office of South American Affairs (OSA), em 25 de janeiro de 1956, Record Group 59 Brazil – political affairs, M 1511, rolo 6.

Political Trends and Contingencies in Brazil. Correspondência da Embaixada no Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, em 21 de agosto de 1963, assinado pelo Embaixador Lincoln Gordon, 10 paginas. Record Group 59, Brazil – political affairs, caixa 3832.

Situation in Rio Grande do Sul caused by the resignation of President Quadros. Correspondência do Consultado norte-americano de Porto Alegre para o Departamento de Estado, em Washington, em 08 de setembro de 1961, assinado pelo Cônsul Percy Warner, Brazil – political affairs, caixa 1576, 5 páginas.